



**XXXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO  
ADMINISTRATIVO, DIREITO ELEITORAL E DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO**

**003. CADERNO DE QUESTÕES**

(QUESTÕES DISCURSIVAS)

**PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- Responda de forma clara, objetiva e fundamentada, utilizando argumentos jurídicos e referências à legislação vigente.
- Procure estruturar sua resposta em introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Evite respostas meramente expositivas; privilegie a análise crítica e a aplicação prática dos conceitos.

CONFIDENCIAL ATÉ O MOMENTO DA APLICAÇÃO.

## QUESTÃO 01 – DIREITO CONSTITUCIONAL

---

Em razão da alegada inobservância, pelo Município Alfa, de um direito fundamental de primeira dimensão, previsto em norma constitucional de aplicabilidade imediata e eficácia contida, o que decorria do fato de não existir uma estrutura de fiscalização adequada para assegurar que a coletividade observasse o referido direito, o órgão de execução do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com atribuição instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar a veracidade dessa notícia e adotar providências, em sede consensual ou litigiosa, de natureza estrutural. Em informações preliminares, o Município Alfa esclareceu que a investigação era descabida, pois, em nenhum momento, afrontou o referido direito com o seu proceder, sendo certo que a Lei Municipal nº X/1987, que dispôs sobre a organização da Administração Pública Direta do Poder Executivo sequer previa a existência da referida estrutura, logo a legalidade não fora afrontada.

Analise a situação descrita a partir da perspectiva:

- A) da teoria dos *status* de Georg Jellinek;
- B) das dimensões objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais; e
- C) da teoria do dever de proteção.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).

## QUESTÃO 02 – DIREITO CONSTITUCIONAL

---

O Partido Político Alfa, que tinha candidato registrado para a eleição municipal majoritária, ajuizou a ação eleitoral cabível em face de João, candidato a Prefeito do Município Beta pelo Partido Político Sigma, sob o argumento de que esse agente estaria inelegível, não podendo, portanto, concorrer ao referido cargo eletivo. De acordo com Alfa, João foi Prefeito do Município Delta e, nessa condição, firmara contratos, antecedidos ou não, de licitação, e autorizara pagamentos durante todo o mandato. Ao analisar as contas de João, relativas ao último ano de mandato, o Tribunal de Contas competente as rejeitou, considerando terem sido identificados o desvio de recursos públicos e a prática de ato doloso de improbidade administrativa. Por tal razão, o Tribunal de Contas aplicou-lhe a sanção de multa e realizou a imputação de débito. Como essa decisão foi proferida há três anos e se tornou irrecorrível, Alfa entendia que João estava inelegível. Após a resposta de João e a devida instrução, os autos foram encaminhados ao Ministério Público para pronunciamento.

Analise a situação descrita, como Promotor Eleitoral, abordando os seguintes aspectos:

- A) a natureza das contas apresentadas por João ao Tribunal de Contas e sua relevância na ação eleitoral ajuizada pelo Partido Político Alfa;
- B) a configuração, ou não, da inelegibilidade.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).

### **QUESTÃO 03 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

Um agente público estadual, valendo-se de documento falso, logrou obter em benefício próprio vantagem remuneratória a partir de exercício de tempo de serviço público inexistente. Após dez anos, comprovada a ilegalidade, por meio de exame técnico elaborado pelo órgão de perícia oficial em sede de inquérito policial, o Chefe do Poder Executivo Estadual, ao ser cientificado da ilicitude, no exercício do controle interno, excluiu unilateralmente os triênios até então percebidos pelo aludido servidor. A decisão foi motivada pela aplicação do princípio da moralidade administrativa e pelo fato de o servidor ter se mantido silente, após ser comunicado do resultado do exame técnico no bojo do inquérito policial. Na mesma oportunidade, determinou a instauração de procedimento para a apuração de infração disciplinar e o cálculo do montante a ser ressarcido por meio de descontos nos contracheques do servidor.

Aborde a questão apresentando os aspectos jurídicos aplicáveis ao caso proposto.  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).

## QUESTÃO 04 – DIREITO ADMINISTRATIVO

---

A fim de fomentar o turismo na região, o Prefeito decidiu realizar eventos culturais mensais na praça central do Município, com a apresentação, em cada evento, de um artista domiciliado no Município e reconhecido localmente, sem a previsão no Plano de Contratações Anual divulgado. Com o intuito de viabilizar as apresentações, foi identificada a necessidade de locação de banheiros químicos, em quantidades variáveis para cada evento. Os estudos técnicos realizados estimaram, a partir das cotações de mercado, que as despesas com o pagamento dos artistas e com o aluguel dos banheiros químicos, individualmente considerados, por evento, não ultrapassariam o limite legal de contratação direta, razão pela qual se decidiu proceder a contratações autônomas, mediante dispensa de licitação pelo valor.

Analise a juridicidade das contratações realizadas, indicando, a partir dos instrumentos auxiliares às contratações públicas, os procedimentos aderentes a cada um dos objetos contratados. RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 50 pontos).

## QUESTÃO 05 – DIREITO ELEITORAL

---

Herculano, Vereador eleito, em 2020, em determinado Município do Estado do Rio de Janeiro pelo partido político *Povo Unido*, resolveu candidatar-se ao cargo de Deputado Estadual nas eleições de 2022. Todavia, insatisfeito com a sua agremiação partidária de origem, dentro do período de 30 (trinta) dias que antecedeu ao prazo de 6 (seis) meses de filiação partidária exigido em lei para concorrer no novo pleito, filiou-se ao partido político *Juventude*, tendo postulado, simultaneamente, a sua desfiliação do partido político *Povo Unido*. Ao tomar conhecimento de tais fatos, o partido *Povo Unido*, sentindo-se prejudicado e traído por Herculano, ajuizou, tempestivamente, ação de decretação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária, alegando inexistência de justa causa para a desfiliação.

A respeito do caso apresentado, responda objetivamente de modo justificado:

- A) Quem deve ocupar o polo passivo da citada relação processual? Qual órgão ministerial possui atribuição para manifestar-se nessa ação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária?
- B) Como deve manifestar-se o órgão ministerial em relação ao mérito da pretensão deduzida na ação?
- C) Se Herculano tivesse sido eleito Prefeito em vez de Vereador, como deveria pronunciar-se o órgão ministerial em relação ao mérito da pretensão de perda do cargo eletivo por desfiliação partidária?
- D) Em quais hipóteses o ordenamento jurídico reconhece a possibilidade de desfiliação partidária por detentores de cargos eletivos sem que haja perda do respectivo cargo?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 100 pontos).

## QUESTÃO 06 – DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

---

O Estado Alfa, em situação financeira adversa, teve de implementar um pacote de medidas para enfrentar tal cenário. Em janeiro de 2025, o Governador requereu dois empréstimos a instituições financeiras estatais. O primeiro, junto à Caixa Econômica Federal (CEF), para o pagamento de despesa com a aquisição de material de consumo. O segundo, junto ao Banco do Estado Alfa – BANESALFA (instituição financeira controlada pelo próprio Estado Alfa), para garantir as contraprestações em contratos de parceria público-privada necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura estadual. Ambos foram concedidos em fevereiro de 2025.

Logo depois, o Governador notificou os demais Poderes e o Ministério Público informando que, ao final do primeiro bimestre de 2025, foi verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

Em razão disso, nessa notificação, solicitou aos chefes dos Poderes e do Ministério Público que promovessem, nos montantes necessários e obedecido o prazo de 30 (trinta) dias subsequentes previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias Estadual (LDO). O Ministério Público, contudo, deixou de atender a esse pedido. O Governador, então, limitou os valores financeiros referentes ao Ministério Público, valendo-se de autorização prevista na LDO Estadual.

Já em maio de 2025, o Poder Executivo do Estado Alfa solicitou à União a celebração de convênio para a transferência voluntária de recursos a serem aplicados no pagamento de aluguel social às famílias em situação de vulnerabilidade.

A União, porém, negou tal transferência, alegando que estava impedida de fazê-la em razão de que o Poder Executivo Estadual não havia enviado ao Poder Executivo da União, até 30 de abril daquele ano, as suas contas para a consolidação nacional.

O Governador manifestou-se contrariamente, alegando a violação da autonomia estadual, pois havia lei estadual prevendo prazo próprio para esse fim, que era diverso daquele fixado de forma centralizada pela União. Esta última, contudo, manteve a sua posição negativa.

Diante desse cenário, responda, justificadamente, com base na legislação aplicável e na jurisprudência do STF ou STJ, aos itens abaixo:

- A) Os empréstimos solicitados junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco do Estado Alfa poderiam ter sido concedidos?
- B) A limitação de empenho realizada pelo Governador e autorizada na LDO Estadual, quanto aos valores referentes ao Ministério Público, foi correta?
- C) A autonomia estadual foi violada pela União ao estabelecer prazo para o envio das contas estaduais ao Poder Executivo da União?
- D) Poderia a União ter se negado a fazer tal transferência voluntária com base na alegação do descumprimento de prazo?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA (Valor: 100 pontos).

# FOLHA DE RASCUNHO

RASCUNHO

# FOLHA DE RASCUNHO

RASCUNHO